

## DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR: A IMPORTÂNCIA DOS CONSELHOS ESCOLARES

Wellma Karla Barbosa de Medeiros (1); Carla Katilyanne da Silva Santos (2); Nathana  
Fernandes Diniz (3)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

### RESUMO

Diante das transformações ocorridas na sociedade brasileira, faz-se necessário discutir sobre o desempenho da escola pública na atualidade, principalmente a respeito do seu papel social na sociedade. Logo surge a necessidade de uma gestão democrática, e nesse sentido o conselho escolar pode ser considerado um elemento indispensável à participação ativa da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, baseado na dinâmica do trabalho coletivo e partilha de responsabilidades para exercício da autonomia escolar. Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância e as contribuições dos Conselhos Escolares para o modelo educacional democrático, para tanto realizamos uma pesquisa qualitativa e bibliográfica fundamentada em PARO (2015), HYPOLITO (2011), DOURADO (2007) e GOHN (2006). Nesse sentido, a implantação e fortalecimento dos Conselhos Escolares em escolas públicas se faz importante para a realização de uma gestão democrática e participativa onde todos os sujeitos possam ser ouvidos e juntos construir uma escola voltada para os interesses de bem comum com vistas a melhoria da qualidade da educação.

**Palavras-chave:** Democratização; Escola; Conselhos Escolares.

### INTRODUÇÃO

Diante das transformações ocorridas na sociedade brasileira, faz-se necessário discutir sobre o desempenho da escola pública na atualidade, principalmente a respeito do seu papel social na sociedade, ou seja, em formar cidadãos, com senso crítico, reflexivo, autônomo, conscientes de seus direitos e deveres, capacitados em compreender a realidade econômica, social e política do país, buscando construir uma sociedade mais igualitária, independentemente de raça, etnia, posição social, cultural, econômica, identidade sexual ou religiosa.

Para que esses objetivos da escola, de natureza formativa ou social, se realizem, há a necessidade de uma gestão democrática, a qual traz como elemento indispensável a participação ativa da comunidade escolar no processo de tomada de decisões, baseado na

---

<sup>1</sup>Aluna do 5º período do curso de Pedagogia/UERN. Email: [wellmacardan@gmail.com](mailto:wellmacardan@gmail.com)

<sup>2</sup>Aluna do 5º período do curso de Pedagogia/UERN. Email: [carla\\_katilyanne@hotmail.com](mailto:carla_katilyanne@hotmail.com) contato@conedu.com.br

<sup>3</sup>Aluna do 7º período do curso de Pedagogia/UERN. Email: [nathana-2010@outlook.com](mailto:nathana-2010@outlook.com)

dinâmica do trabalho coletivo e partilha de responsabilidades para exercício da autonomia escolar.

Nesse contexto, o conselho escolar pode representar uma forma de trabalhar a gestão democrática dentro da escola, visto que este vem representar todos os membros da instituição e da comunidade em seu entorno para tomada de decisões financeiras, pedagógicas e administrativas, na medida em que reúne a comunidade escolar para discutir, definir, acompanhar o desenvolvimento e as necessidades que a escola apresenta. Assim, para tentar compreender a dinâmica desse processo, se faz necessário a realização de uma pesquisa que parte da seguinte problematização: Qual a contribuição dos Conselhos Escolares para gestão democrática da escola pública? Para responder tal problematização, o presente estudo tem como objetivo analisar a importância e as contribuições dos Conselhos Escolares para o modelo educacional democrático.

Assim, do ponto de vista metodológico, este estudo foi desenvolvido em uma abordagem qualitativa (SEVERINO, 2007), e caracteriza-se em uma pesquisa do tipo bibliográfica que segundo Marconi e Lakatos (2006) “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. (MARCONI E LAKATOS, 2006, p. 71) Nesse sentido principais fontes utilizadas para fundamentar em tal investigação são PARO (2015), HYPOLITO (2011), DOURADO (2007) e GOHN (2006).

Logo, como forma de delinear o caminho da compreensão textual, o presente trabalho está constituído das seguintes etapas: introdução, revisão bibliográfica, a qual foi dividida em dois tópicos, “Entre o Estado e o Mercado: A Influência das Transformações Estatais nos Modelos de Gestão Pública” e “O Conselho Escolar numa Gestão Democrática”, seguida das Considerações Finais e das Referências.

## **ENTRE O ESTADO E O MERCADO: A INFLUÊNCIA DAS TRANSFORMAÇÕES ESTATAIS NOS MODELOS DE GESTÃO PÚBLICA**

Analisando a crise do Estado de bem-estar social, percebemos que desde o final do século passado tem-se presenciado a sua queda e o surgimento de um novo modelo de Estado, este, emergindo dos princípios neoliberais e organizado pelas alianças liberais-conservadoras, o que podemos chamar este novo modelo de Estado Gerencialista. Com a crise econômica estabelecida com o pós-Guerra nos anos 1940 e 1950 se pôs em questão o modelo fordista de

organização do trabalho, configurando-se como insuficiente para atender as necessidades de inovações tecnológicas e a expansão do mercado a níveis globais.

De modo geral, o gerencialismo consiste em afirmar a ineficácia do Estado para administrar os serviços públicos e de atender as demandas sociais em níveis nacionais, abrindo espaço para uma reforma estrutural que pretende diminuir sua abrangência, o tornando mais eficaz, dentre outras iniciativas pode-se delegar serviços para órgãos privados por meio de concessões ou vendas ou ainda adotar modelos administrativos próprios do setor privado dentro do setor público.

Para o presente texto será necessário focar nas influências e implicações do modelo gerencialista na área da educação, expondo suas mudanças mais significativas. Assim, de acordo com Hypolito (2011), dois momentos distintos e inseparáveis marcam a política neoliberal em educação, o primeiro momento é bem marcado pela criação e implementação dos exames, testes, classificação por políticas de avaliação em larga escala e a padronização dos currículos, o segundo momento trata das mudanças radicais na gestão e organização escolar que foge ao seu caráter próprio para atender aos moldes gerencialistas.

Partindo deste primeiro momento acima citado, as políticas de avaliações em larga escala atualmente ocupam lugar de destaque nas escolas, que organizam sua rotina e conteúdos ministrados a partir das suas exigências. A busca por resultados de maneira quantitativa própria do mercado se insere na educação através dos rankings que são avaliados periodicamente fortalecendo a comparatividade.

Pensando nisso, a gestão da educação tomou por caminhos da competição, o sistema gerencialista impulsionou disputas por classificação escolar, introduziram exames, avaliações, padronização em larga escala e formas de certificação (HIPOLITO, 2011). Assim, as escolas se fundamentam no trabalho de quantificar o conhecimento, ou seja as escolas trabalham priorizando as metas as serem alcançadas, as quais são postas pelo sistema.

Assim abrimos uma discussão sobre performatividade, que diz respeito a uma subjetividade que interpela os professores a atenderem a certos critérios e metas exigidas cada vez mais aos docentes, tornando-os sujeitos comparáveis e aterrorizados, precarizando cada vez mais a profissão docente como enfatiza Hypolito (2011, p. 13):

As formas de controle e regulação que se processam a partir dessas formas gerencialistas de organizar a educação, com base nas parcerias público-privadas, introduzem um volume de novos requisitos que o professorado passa a se sentir responsabilizado e culpado pelo seu desempenho, medido e avaliado desde fora do que acontece no seu espaço de trabalho, impelido a obter mais formação e buscar privadamente alternativas para melhorar seu

desempenho, como se isso não fosse responsabilidade do coletivo escolar e do sistema de ensino. HYPOLITO, 2011, p. 13)

Em uma discussão mais geral sobre os aspectos mercadológicos dentro da educação, destacamos as ideias de Hypolito (2011, p.4) que afirma que “no início das políticas educativas neoliberais tratava-se de induzir a educação a assemelhar-se aos métodos e práticas de mercado, agora trata-se de inserir o mercado, não apenas como lógica, mas como atividade lucrativa e mercadológica”. E ainda afirma que em termos de mercado “trata-se de expandir a mercadorização para todos os setores”, afirmando que:

A educação e outros serviços públicos, como saúde e transportes, são um alvo privilegiado para o mercado. Mas esta expansão não se refere apenas à transformação de serviços em mercadorias, mas se refere também às formas de administração e de mercantilização dos serviços. (HYPOLITO, 2011, p.4)

Nas palavras do autor, constata-se que se tornou importante a transferência de serviços públicos para o setor privado, podendo ser de forma direta, como a terceirização de serviços complementares cada vez mais presente nas escolas, ou de forma indireta, como oferta de matrículas escolares por instituições privadas.

Os sistemas apostilados, sistemas de ensino da rede privada que são contratados pelas prefeituras para serem inseridos nas suas escolas, se encaixam como exemplo a esta lógica abordada por Hypolito (2011), exigindo do professor mais capacitação e trabalhos, como relatórios, reuniões e outros, comprometendo ainda mais sua carga horária e sufocando-o com excesso de trabalhos.

Assim como os professores, os gestores escolares sofrem para atender as exigências da lógica gerencialista e mercantil na educação, que não deve ser gerida visando o lucro econômico como se visa nos produtos de mercado, pois possui uma singularidade própria e específica que diz respeito aos seus objetivos. A educação é entendida como um direito social, cultural e histórico produzido pelo homem, e como tal, tem sua lógica organizativa única e que diverge da razão mercadológica, como afirma assertivamente Dourado (2007, p. 924):

Dessa forma, a gestão educacional tem natureza e características próprias, ou seja, tem escopo mais amplo do que a mera aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, devido à sua especificidade e aos fins a serem alcançados. (DOURADO, 2007, p. 924):

A escola tem como meta fins políticos-pedagógicos e até sociais que superam o atendimento de um custo-benefício esperado pela lógica gerencialista, porém estes fins estão sendo cada vez mais ameaçados pela implementação de medidas ligadas a políticas federais para a educação básica, que ocupam os gestores, pois, necessitam do auxílio financeiro que complementam a renda das escolas. Neste contexto, Dourado (2007, p. 927) afirma que:

Tal adesão, contudo, não provocou, necessariamente, a mudança da cultura institucional dos sistemas e das escolas. Em muitos casos, resultou em ajustes e arranjos funcionais dos processos em curso nesses, espaços, alterando, por vezes, a lógica e a natureza das escolas e, em alguns casos, a sua concepção pedagógica, a fim de cumprir obrigações “contratuais” com o governo federal no âmbito da prestação de contas. (DOURADO, 2007, p. 2015, p. 927)

Inseridos nesta lógica e dinâmica política, os gestores estão cada vez mais presos ao burocrático, ao preenchimento de formulários e documentos fundamentais para a participação das escolas nestes programas, além da pressão para que se atinja as metas propostas pelas avaliações de larga escala. Com tantas exigências, é necessário que se realize uma análise sobre as prioridades que estão sendo dadas na educação, e avaliar se o seu fim primário, que seria o pedagógico, não está sendo sufocado e reprimido, impossibilitando a chance de termos uma educação de qualidade, igualitária e de fato emancipadora.

## **O CONSELHO ESCOLAR NUMA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Embora vejamos o sistema gerencialista conduzir a educação no Brasil, a partir da década de 1980, o debate em torno da democratização da gestão escolar ganha força, emergindo discussões sobre descentralização, municipalização, eleição direta para diretores escolares e a criação dos Conselhos Escolares, e a consequente participação da sociedade civil na construção da política educacional.

Em várias regiões do país os Conselhos Escolares começaram a ser implantados a partir da década de 1980, tendo como base legal o inciso VI do Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, o qual garante que o ensino público será ministrado com base no princípio da gestão democrática. Tal princípio é confirmado através da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96), onde esta em seu artigo 14, inciso II, estabelece a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Tais normatizações garantiram o completo envolvimento da

sociedade na gestão escolar por meio dos Conselhos Escolares, onde Gohn (2006) coloca que é por intermédio dos conselhos, que a sociedade civil exercita o direito de participar da gestão de diferentes políticas públicas, tendo a possibilidade assim de exercer maior controle sobre o Estado.

A implantação dos Conselhos Escolares se apresenta como uma forma diferenciada de gerir a coisa pública, onde os interesses da escola são de todos, numa proposta de construção coletiva da melhoria do ensino.

A democracia representativa está relacionada à tomada coletiva de decisões, através de um representante, escolhido dentre vários pela população. Na democracia representativa, principalmente referindo-se ao Conselho Escolar, todos os segmentos da escola possuem um representante, além do gestor, o qual é considerado membro nato.

Sobre participação, Gohn (2006) relata que:

Observa-se que inúmeras inovações no campo democrático advêm das práticas geradas pela sociedade civil que alteram a relação estado-sociedade ao longo do tempo e constroem novas formas políticas de agir, especialmente na esfera pública não estatal. (GOHN, 2006, p. 33)

Desse modo, percebemos que aspectos ligados a gestão nascem, periodicamente, das demandas sociais e de instituições de educação não formal, como bem discute a autora. Compreende-se então, a gestão democrática como a participação de dirigentes escolares, pais, alunos, professores e funcionários, visando à garantia dos processos coletivos de participação e decisão sobre a escola. Com isso, gestão democrática acontece quando a escola trabalha visando a formação dos cidadãos, juntamente com a comunidade escolar, tornando um processo genuíno e orgânico as tomadas de decisões.

Cabe ao processo de gestão democrática, escola e comunidade pensar na construção de um currículo que relacione o currículo da Base Nacional, articulado com a realidade local, quando participam juntos na construção do Projeto Político Pedagógico, nos processos de avaliação da escola, acompanhando (comunidade) com transparência, o uso dos recursos financeiros escolares, enfim, quando escola e comunidade realizam esse trabalho em parceria.

Agindo assim, a escola cria mecanismo para garantir a participação da comunidade no processo de organização, gestão escolar e nas discussões abordadas na escola, garantindo assim uma gestão democrática com a participação de todos (professores, funcionários, alunos, pais de alunos), pois a função educativa escolar depende de toda a estrutura e funcionamento da escola. (PARO, 2015).

Assim, os Conselhos Escolares tornam-se uma alternativa à questão da democratização da gestão escolar, pois os mesmos aproximam todos os segmentos da comunidade escolar com o propósito de procurar alternativas que contemplem todos e busquem melhorias para a escola.

Sobre os Conselhos Escolares, Dourado (2007) destaca que estes:

“...configuram-se, historicamente, como espaços de participação de professores, funcionários, pais, alunos, diretores e comunidade nas unidades escolares. Em alguns casos, constituem-se em espaços coletivos de deliberação, assumindo, desse modo, o papel de órgão co-responsável pela gestão administrativa e pedagógica das escolas e, em outros, em razão de sua atuação restrita à aprovação da prestação de contas e medidas disciplinares...” (DOURADO, 2007, p. 234 e 235)

Deste modo, os conselhos surgem como um mecanismo não só de democratização e participação, mas também como uma garantia dos usos dos recursos de maneira satisfatória e honesta, priorizando necessidades em comum acordo.

Em contrapartida Gohn (2006) expõe que

“... o processo brasileiro de descentralização da educação não descentralizou, de fato, o poder no interior das escolas. Usualmente, esse poder continua nas mãos da diretora ou gestora, que o monopoliza, faz a pauta das reuniões dos conselhos e colegiados escolares, não a divulga com antecedência etc. A comunidade externa e os pais não dispõem de tempo e, muitas vezes, nem avaliam a relevância de participar ou de estarem presentes nas reuniões. Além disso, usualmente, esses pais não estão preparados para entender as questões do cotidiano das reuniões, como as orçamentárias. Só exercem uma participação ativa nos colegiados aqueles pais com experiência participativa anterior, extra-escolar, revelando a importância da participação dos cidadãos (ãs) em ações coletivas na sociedade civil.” (GOHN, 2006, p. 33)

Tal autora trata ainda dos Conselhos Escolares como sendo fortes espaços de formação, expondo o seu caráter educativo, pois advindo da participação em tais entidades os indivíduos (alunos, professores, pais, membros da sociedade) são preparados para atuarem como representantes da sociedade civil organizada.

Nesse sentido, mesmo que alguns Conselhos Escolares funcionem sem uma democracia efetiva, a participação dos entes nesses órgãos colegiados pode ser um meio de se desenvolver o hábito de participar ativamente dos processos democráticos como forma de conduzir uma mudança de postura que os levem a transformar as suas realidades. Por outro lado, quando tais conselhos são ativos, estes têm um papel importantíssimo na busca por avanços para a escola, pois além de discutirem e procurarem resoluções para problemas tanto

administrativos como pedagógicos, este ainda tem a incumbência de administrar e buscar melhorias financeiras para a escola visando à melhoria da qualidade da educação escolar.

Logo, o fortalecimento dos Conselhos Escolares é um desafio nas escolas públicas brasileiras, pois as ações democráticas e da participação social ainda andam a passos lentos barradas pelo engessamento causado pelo gerencialismo na educação pública. Porém é inegável que os Conselhos Escolares são fundamentais para a melhoria do funcionamento escolar em todos os aspectos e por isto necessitam de ações que reforcem o papel e a contribuição das pessoas envolvidas e comprometidas com uma gestão efetivamente democrática e partilhada visando uma educação de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A democratização do espaço escolar no Brasil é uma luta antiga e o direito de participar da gestão escolar ainda vem sendo conquistado, pouco a pouco, porém devemos buscar alternativas que possibilitem o existir dessa democracia, e que esta só será efetivada com a mudança das práticas dos sujeitos numa transformação coletiva, pois democracia demanda de participação.

Assim, os Conselhos Escolares representam um grande avanço nesse quesito, onde a escola adota uma postura democrática, reunindo todos os segmentos escolares para discutir questões administrativas, financeiras e pedagógicas, e através desse espaço esta passaria assim a oferecer uma educação de maior qualidade, logo a implantação e fortalecimento destes em escolas públicas se faz importante para a realização de uma gestão democrática e participativa em que todos os sujeitos possam ser ouvidos e juntos constroem uma escola voltada para os interesses de bem comum.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 5 de outubro de 1988.

BRASIL. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil**: limites e perspectivas. Educação & Sociedade – Vol.28, n.100, 2007.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação** – Vol. 4, n. 50, 2006.

HYPOLITO, A. M. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. **Educação: Teoria e Prática** – Vol. 21, n. 38, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PARO, V. H. **Diretor Escolar:** educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.